

3

O Centro de Acolhimento José de Alencar: proteção ou isolamento?

*“Se nos perguntássemos qual o benefício mais precioso da casa,
diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador,
a casa permite sonhar em paz.
A vida começa bem, começa fechada, protegida,
agasalhada no regaço da casa.”⁶*

O Centro de Acolhimento possui uma ampla estrutura física com características prisionais já que o espaço foi construído para o funcionamento de uma DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente), sendo reaproveitado posteriormente.

O abrigo possui sete casas, sendo seis chamadas de “casas de acolhida” divididas por faixa etária e sexo e uma destinada ao Programa “Mães Adolescentes”. Além disso, em maio de 2004 a instituição assumiu o trabalho das “Casas Lares” construídas no espaço do equipamento. São três casas destinadas a adolescentes a partir de 17 anos.

As casas de Acolhida possuem uma aparência de celas carcerárias tendo em sua única entrada um portão de grade e no interior de cada espaço um pátio com mesas feitas de cimento, um sofá, uma televisão e um banheiro; além de uma sala reservada aos educadores. Na parte superior de cada casa há um amplo dormitório com capacidade para quatorze crianças e um enorme banheiro. Todas as seis casas possuem estas características. Já o Projeto Mães Adolescentes possui um espaço

⁶ BACHELARD, Gaston. A poética do Espaço. São Paulo, Martins Fontes, 2003.pp:26.

independente dividido em dez quartos separados. Cada qual com banheiro, uma cama e um berço. Além disso, dispõem de um pequeno pátio interno, uma mini cozinha e um outro espaço coletivo onde as adolescentes assistem televisão. As Casas Lares são três pequenas casas de madeira com capacidade para seis adolescentes cada. Cada casa é dividida em sala, dois quartos, um banheiro e uma pequena varanda.

O equipamento possui também uma quadra de esportes, um refeitório, uma sala para a equipe técnica, duas pequenas salas para atendimento individual, uma sala de vídeo, uma sala destinada à direção e outra utilizada para as reuniões. Este é o espaço “vivo”, ou seja, o que está sendo utilizado até o momento, pois há outras salas que estão vazias devido às péssimas condições de uso, uma cozinha experimental onde há dois anos funcionava o curso de padaria para a comunidade e os adolescentes abrigados, uma briquedoteca, etc.

No mesmo território da Instituição funciona uma creche para as crianças das comunidades próximas. Esta creche também pertence à Prefeitura do Rio de Janeiro através da Secretaria Municipal de Educação, mas possui uma administração independente do Centro de Acolhimento.

Apesar do amplo território institucional, aproximadamente quatro mil e quinhentos metros quadrados de espaço construído, a área de convivência das crianças e dos adolescentes é limitada, em função principalmente da sua estrutura de confinamento e dos riscos de evasão dos abrigados que aumentam em um equipamento deste porte, com uma extensa área verde e com os portões de acesso abertos durante todo o dia.

O Centro de Acolhimento possui uma “rotina” diária muito intensa. Como na maioria das grandes instituições os abrigados possuem horários determinados para realizarem suas atividades, ou seja, hora para acordar, para as refeições (cada casa tem um horário programado para se dirigir ao refeitório), para tomar banho... Assim, as crianças que estudam no turno da manhã, ao acordarem fazem sua higiene pessoal, tomam o café da manhã e se preparam para irem à escola. As que estudam à tarde seguem a mesma orientação e após o almoço saem para estas instituições de ensino.

O ir à escola é sempre um momento muito agitado. Algumas crianças resistem e se recusam a entrar no ônibus escolar, outras saem correndo, se escondem e as vezes tentam fugir da instituição. E tem ainda aquelas que vão à

escola, mas fogem da instituição de ensino, ficam pelas ruas e depois retornam ao Centro de Acolhimento.

As escolas em geral ainda demonstram sinais de preconceito e discriminação a estas crianças e adolescentes. Estas instituições resistem em assumir a sua parcela de responsabilidade na educação e socialização destes sujeitos e estabelecem relações conflituosas com o abrigo.

As crianças também participam de atividades esportivas na Vila Olímpica da Mangueira, de curso de informática realizado no próprio José de Alencar, além da recente atividade desenvolvida pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).⁷

Durante o dia, entre estas atividades outras demandas vão surgindo: atendimento médico, audiência no juizado, visita de familiares, campeonatos esportivos, cursos profissionalizantes...

Geralmente nos finais de semana há programação de passeios para os abrigados. Este é um momento de muita alegria e entusiasmo, já que é a oportunidade deles saírem da instituição (sempre acompanhados de educadores) e se divertirem com mais liberdade. Na maioria das vezes, os destinos são praia, parques florestais e zoológicos. E quando surge uma oportunidade especial há programações para clubes recreativos, teatro... Estes instantes de lazer, de acordo com a avaliação das crianças, são as horas mais prazerosas. Os “olhos brilham” de tanta satisfação.

Toda esta programação exposta acima se refere principalmente às crianças. Os adolescentes possuem uma rotina mais flexível com horários de escola diferenciados, inserção em estágios e permissão de saídas desacompanhadas.

Nos últimos dois anos as festas institucionais vêm acontecendo com pouca frequência. Em 2004, por exemplo, organizou-se a comemoração mensal dos aniversariantes, mas só aconteceu durante dois meses. Em julho, montou-se uma comissão para organização da festa junina o que também não se realizou. Somente

⁷ O PETI é um programa desenvolvido pelo Governo Federal e tem como objetivo a transferência de renda para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. As famílias recebem uma bolsa de R\$ 40,00 em substituição a renda que as crianças traziam para casa. Os requisitos para o recebimento da bolsa são: filhos matriculados na escola e frequentando a jornada ampliada. No José de Alencar as famílias são inscritas no Programa e as crianças e/ou adolescentes enquanto estão abrigados frequentam a jornada ampliada no próprio equipamento. São inscritas no Programa e as

no dia doze de outubro (dia das crianças) organizou-se uma festa para as crianças e no período de Natal e Ano Novo realizaram eventos especiais com ceias, troca de presentes e churrasco de confraternização.

Observamos que estas programações são atropeladas pelo cotidiano institucional. Diante do quadro de prioridades estes eventos que poderiam contribuir para socialização e construção da identidade destes sujeitos acabam ficando em segundo plano. E quando acontecem é muito em função do esforço individual de um determinado profissional do que por um reconhecimento e empenho coletivo da instituição.

No dia vinte e quatro de dezembro de 2004, a partir da idéia e iniciativa de alguns educadores, realizou-se uma confraternização entre as crianças e os adolescentes. A equipe da cozinha preparou um lanche diferenciado, as casas foram ornamentadas com a participação dos abrigados com temas natalinos, as crianças se vestiram com roupas novas, as meninas se maquiaram e fizeram penteados nos cabelos, enfim, havia um clima de festa na instituição. Ao entardecer iniciou-se o amigo oculto com as crianças, onde trocaram entre eles os presentes que foram oferecidos pelo equipamento para realização da brincadeira. Atravessando este momento de descontração, havia aquelas crianças que a todo momento se despediam porque estavam saindo para passar o Natal e o Ano Novo em casa. Estas saídas causavam muita instabilidade emocional para os que ficavam. Apesar do empenho dos profissionais em proporcionar um ambiente festivo e comemorativo não era possível apagar o real desejo daquelas crianças: estar ao lado de suas famílias. Com isso, algumas delas na certeza de que ninguém iria buscá-las pediam aos técnicos ou educadores para levá-las para suas casas, outras pediam para ligar para avó, tio, primo, enfim, alguém que as tirassem dali naquele momento. Foi uma experiência muito marcante.

Os profissionais que trabalham no equipamento são: assistentes sociais, educadores, auxiliar administrativo, cozinheiros, auxiliares de serviços gerais, técnicos de manutenção e vigias patrimonial. Estes profissionais, exceto os assistentes sociais e o auxiliar administrativo, são prestadores de serviços terceirizados.

crianças e /ou adolescentes enquanto estão abrigados, frequentam a jornada ampliada no próprio equipamento.

A equipe de direção formada por assistentes sociais é composta por um diretor e dois assistentes. Todos estão diariamente na instituição e realizam semanalmente uma reunião com a equipe técnica.

Os educadores possuem um papel fundamental na dinâmica da instituição. As atividades diárias das casas são administradas por estes profissionais (dois educadores em cada casa) através de escalas de plantão (12h por 36h), ou seja, diariamente existem duas escalas: diurno (7 às 19h) e o noturno(19 às 7h) e um total ao dia de quatro educadores por casa.

Esta profissão ainda não está regulamentada e, portanto não possui as suas atribuições legalmente definidas. No Centro de Acolhimento e na maioria das instituições desta natureza estes profissionais possuem a função de zelar pela proteção da criança e do adolescente, pela integridade física destes usuários, orientá-los quanto a higiene pessoal e cuidados com o corpo, contribuir para adesão ao ensino escolar auxiliando-os nas tarefas da escola, promover atividades lúdicas e sócio - educativas, acompanhá-los quando necessário, aos eventos externos. Enfim, toda rotina da casa e o cotidiano das crianças e adolescentes são acompanhados por estes profissionais, submetidos à orientação dos Assistentes Sociais.

Com uma jornada ininterrupta de doze horas e com uma intensa demanda de trabalho, os educadores experimentam uma dinâmica muito desgastante já que, apesar dos momentos positivos de realização do trabalho, da troca de afeto com as crianças e adolescentes estes profissionais convivem diretamente com episódios violentos de agressões, ameaças, evasões...

Embora haja um esforço para o cumprimento das metas diárias estabelecidas, sabemos que a dinâmica institucional não corresponde ao ritmo descrito anteriormente. Importa ressaltar que estamos falando de uma grande instituição que ainda apresenta características prisionais, de confinamento e não contribui para a constituição da cidadania do sujeito. O abrigo enquanto local de “moradia” de alguns e de trabalho de outros, se constitui como um tipo de realidade social: nem “casa”, nem “rua” e sim com características muito próximas do que Goffman conceituou de Instituição Total, tendo em vista as suas características massificadoras, estigmatizantes e de mortificação do eu. Neste sentido, as crianças e adolescentes ficam inseridos em um espaço onde são negadas as suas condições de sujeitos em processo de desenvolvimento e formação, com suas identidades ainda em construção.

A rotina institucional com horários e programações quase inflexíveis tende a apagar os desejos e individualidades destes sujeitos. “Cada fase da atividade diária é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto”. (Goffman,1961:17).

Portanto o abrigo com suas estratégias de controle tende a despir os sujeitos de suas individualidades enquanto que “... o seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente mortificado” (Goffman,1961:24).

Além disso, as crianças e adolescentes atendidas na Instituição possuem em sua maioria um forte vínculo com a rua, são vítimas de violência e maus-tratos sofridos tanto na rua, quanto na própria família e apresentam também histórico de uso de drogas. São sujeitos cujas experiências de afeto são discutíveis, assim como o respeito, o convívio familiar e por isso têm dificuldade de compreender os limites, de aderir à escola, “resolvem” suas insatisfações com muita violência; e num espaço como o José de Alencar estes comportamentos tendem a serem potencializados.

Espaços como esse de um modo geral não conseguem cumprir com a sua proposta de trabalho, orientadas basicamente pela legislação já mencionada (LOAS; ECA e Política de Abrigo). O que temos visto, até o momento são instituições lotadas com uma alta rotatividade de usuários e que desenvolvem o seu trabalho através de uma rotina rígida e massificante que tem contribuído mais para exacerbar a violência do que para garantir a proteção destes sujeitos institucionalizados.

Continuamos na contra-mão do Estatuto da Criança e do Adolescente que determina os atendimentos personalizados e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; preservação dos vínculos familiares; preparação gradativa para o desligamento... Como garantir o cumprimento destas determinações em uma instituição com aproximadamente cento e vinte abrigados?

O que queremos reivindicar é a humanização destes atendimentos e o respeito aos critérios determinados pelas leis. Não podemos aceitar que o abrigamento, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como uma medida de caráter excepcional e provisório, seja a determinação primeira dos Conselhos Tutelares e outras instituições envolvidas. Uma ação totalmente desconstrutora de direitos já que o direito fundamental da criança e do adolescente é o convívio familiar. É preciso insistir no trabalho de fortalecimento desta

população junto à sua família e na sua comunidade de origem. Até quando vamos esconder o problema atrás dos muros das instituições?

Irene Rizzini destaca que

uma das conseqüências de grande impacto na vida das crianças e dos adolescentes a ser destacada é a própria dificuldade de retorno à família e à comunidade. Com o tempo, os laços afetivos vão se fragilizando e as referências vão desaparecendo. Uma vez rompidos os elos familiares e comunitários, as alternativas vão se tornando cada vez mais restritas. Ao se analisar suas trajetórias de vida, após o afastamento de casa, detecta-se que os caminhos vão se estreitando e o quadro vai se agravando. Quando se concluiu que não há possibilidade de reinserção familiar, são transferidos de uma instituição para outra.

(Rizzini, 2004:56)

Precisamos mudar o rumo da história de perpetuação da institucionalização da infância pobre e lutarmos pela ênfase nas políticas sociais básicas capazes de ampliar os horizontes de cidadania desta população.

3.1

Serviço Social: atuação profissional e os impasses da prática cotidiana.

Inserido e atuando neste contexto está o Assistente Social, único profissional de nível superior trabalhando nesta instituição em análise. Estes profissionais são provenientes do Concurso Público realizado em 2001 pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para Secretaria Municipal de Saúde. Em 2003 a Secretaria Municipal de Assistência Social decidiu aproveitar o banco dos aprovados naquele concurso e iniciou a convocação destes profissionais para atuarem nesta Secretaria. Portanto, os Assistentes Sociais da instituição em referência estão há aproximadamente um ano e seis meses atuando neste equipamento.

Com o projeto de ação profissional destinado a proteção e garantia do acesso aos direitos da criança e do adolescente, a equipe técnica de assistentes sociais é composta por 8 profissionais sendo cada um responsável por uma casa (6 casas de acolhida, casa das mães adolescentes e Casa Lar). Sempre buscando articular as dimensões macroscópicas (análise dos processos sociais e das políticas

públicas) com as manifestações do cotidiano, o serviço social tem como objetivo intervir nas múltiplas determinações da questão social, a partir da compreensão conjuntural da realidade.

Os assistentes sociais no cotidiano de sua prática possuem como principais atribuições: acolhimento às crianças e/ou adolescentes desde sua entrada na instituição, entrevistas com os familiares ou qualquer outra pessoa de referência, matrícula em escola e todo o seu acompanhamento, inserção na rede de saúde e em atividades esportivas e culturais, visita domiciliar, visitas institucionais, reunião mensal com os educadores, reunião semanal entre equipe técnica e direção, plantão nos finais de semana, articulação e busca de parcerias com outras instituições, elaboração de sumário social e relatórios encaminhados ao Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público, inserção em programas e/ou projetos sociais, estudo de casos, supervisão de estagiários, transferência de crianças e adolescentes para outras instituições, reinserção familiar...

O planejamento das atividades diárias do Serviço Social está organizado com vistas a equacionar dois momentos: o primeiro relacionado às atividades das crianças (escola, cursos e atividades esportivas) realizadas diariamente. Estas atividades são supervisionadas pelos Assistentes Sociais buscando garantir o acesso e acompanhamento das mesmas. O segundo momento está voltado para as ações realizadas diretamente pelo Assistente Social, como atendimento a família, atendimento individual e/ou grupal das crianças e dos adolescentes, visita domiciliar, relatórios sociais, discussão de casos com outros órgãos envolvidos... Estes momentos não são estanques, ao contrário se misturam o tempo inteiro constituindo o dia- a- dia do Serviço Social.

Para realização deste plano de trabalho o Serviço Social considera importante a análise institucional, os movimentos e lutas internas e externas. Entende-se que estes fatores estão relacionados ao exercício profissional e podem interferir e/ou determinar as ações profissionais, conforme destaca Marilda Yamamoto:

o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não- governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a

instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa .

(Iamamoto, 1998:63).

O Centro de Acolhimento José de Alencar insere-se na Proteção Especial (proposto pelo SUAS) sendo categorizado como instituição de alta complexidade por ser um abrigo de grande porte. Portanto, a sua estrutura com aproximadamente cento e vinte abrigados acaba dificultando o planejamento do trabalho sendo quase impossível o estabelecimento de uma rotina que possa otimizar e potencializar as intervenções profissionais. A dinâmica institucional tende a priorizar o “apagar dos incêndios”, ou seja, o Serviço Social acaba intervindo em situações pontuais e emergenciais. Na realidade esta é a rotina institucional. Talvez não possa ser diferente em uma instituição deste porte onde na verdade, se considerarmos cada casa um abrigo, teremos a concentração de oito instituições em um mesmo espaço.

Para visualizarmos esta dificuldade de execução do trabalho inicialmente planejado e a intervenção diária em situações emergenciais, geralmente muito angustiantes, irei relatar um dia de trabalho de uma assistente social responsável por uma casa de meninos. Este episódio ocorreu em maio de 2004, portanto sob a gestão de outra equipe de direção.

Ao chegar pela manhã ao Centro de Acolhimento a assistente social observou que aparentemente o clima institucional era de tranquilidade. Iniciou as suas atividades passando para outra técnica informações sobre a reunião que acontecera com a direção no dia anterior. Logo em seguida, decidiu terminar um relatório social que deveria encaminhar à 1ª Vara da Infância e Juventude ainda naquele dia. Neste momento uma educadora entra na sala da equipe técnica e comunica que a criança C.H. havia agredido a professora da escola e esta instituição chamara a polícia. O motorista do Centro de Acolhimento já estava pronto para buscar a criança e a direção determinou que um outro funcionário (por ser grande e forte) o acompanhasse. A assistente social decidiu acompanhá-los já que se tratava de uma situação extremamente delicada.

Quando chegaram a escola foram “recebidos” pela indignação dos funcionários da instituição (professores, diretores...). Ao se dirigirem à sala da direção, onde estavam a diretora e a professora que fora agredida, logo disseram que aquela criança não poderia continuar na escola. Primeiramente a assistente social acolheu a indignação daqueles profissionais e em seguida tentou

contextualizar a atitude do C.H. através de sua história de vida. A diretora ponderou algumas coisas, mas não voltou atrás em sua decisão.

A criança estava na sala de leitura cercada de funcionários da escola, que a aconselhavam e diziam: “isso é falta de amor”; “se os pais não dão amor a essas crianças...” De repente C.H. saiu da sala e correu até a sua classe. Quando a assistente social chegou acompanhada do funcionário designado pela direção, a criança estava sentada na porta de sua sala abraçada a mochila. A técnica conversou bastante com ela tentando convencê-la a retornar ao Centro de Acolhimento, mas o outro funcionário já impaciente tentou levá-la a força. C.H. resistia em ser levado, mas o funcionário o puxava pelo braço, tentava prender as suas pernas, apertava o seu nariz... E a criança relutava, se debatia, xingava e assim foi até saírem da escola. A assistente social diante daquela cena de falta de trato, interveio para que o funcionário deixasse a criança, mas não obteve retorno. Ao chegarem ao Centro de Acolhimento, a criança estava ainda mais agitada apesar do seu visível cansaço. A assistente social procurou a direção para relatar o ocorrido e questionou a atitude do funcionário, ponderando que como seria possível educar, socializar aquelas crianças tomando por base atitudes violentas, constrangedoras? E ainda se não estavam cercados de profissionais despreparados? Neste despreparo incluo o próprio assistente social. Será que estamos preparados para intervir em situações tão adversas?

É importante salientar que naquela época a direção que administrava o equipamento não compartilhava do mesmo projeto de intervenção que o Serviço Social. E todo questionamento e indignação daquela assistente social não foram acolhidos por estes gestores do abrigo.

O Serviço Social baseando-se nos critérios do ECA de excepcionalidade e provisoriedade dos abrigamentos, desde a chegada da criança e/ou adolescente já inicia um trabalho de proteção dos mesmos buscando potencializar a “Porta de Saída”. No entanto, constata-se a frustração sentida pelo Assistente Social ao perceber que o esforço dispensado nas intervenções com a população atendida, não corresponde ao resultado apresentado. O caráter provisório do abrigamento acaba se estendendo devido à precariedade encontrada em todas as esferas da vida dos sujeitos. O transitório se torna permanente e ininterrupto, ou seja, as crianças passam a sua infância e adolescência “entrando e saindo” dos abrigos. Isto é

constatado nos históricos dos usuários onde muitos deles já tiveram outras passagens pelo Centro de acolhimento e/ou por outras instituições.

Os assistentes sociais demonstram muita insatisfação e frustração diante desta ineficiência dos resultados do trabalho, ilustrada, por exemplo, com as reintegrações familiares que são realizadas e que em pouco tempo a criança retorna ao abrigo.

“Quando eu era professora eu conseguia pelo menos alfabetizar os alunos. Aqui eu não vejo resultado...”

(técnico 6)

Estes profissionais questionam este modelo institucional de abrigamento, mas ao mesmo tempo são exigidos a dar respostas positivas às demandas apresentadas. Esta situação vem causando em alguns profissionais, desesperança e descrença na possibilidade de mudança. Segundo Dejours, “o sofrimento aumenta porque os que trabalham vão perdendo gradualmente a esperança de que a condição que hoje lhes é dada possa amanhã melhorar” (Dejours,2003:17).

“O que mais me angustia no meu trabalho é hoje já trabalhar naquela certeza de que tudo que eu estou fazendo, daqui há algum tempo... Como é que eu posso explicar. Todo aquele trabalho que você fez com aquela criança, você sabe que aquilo ali é temporário, porque você reintegra, faz todo um trabalho e a criança volta para as ruas. Isto é a parte pior do trabalho, o que me deixa mais triste.”

(técnico 3)

A escassez de recursos é outro fator complicador para a prática profissional. Embora a verba destinada pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro seja a maior de todo o Estado, a realidade das instituições ainda é precária. No entanto, sabemos que a precarização do trabalho é uma realidade vivenciada mundialmente através da polivalência, terceirização, subcontratação, enxugamento dos recursos materiais e que trazem alterações e uma nova feição para o próprio Serviço Social.

O que queremos destacar são as conseqüências desta precarização neste Centro de Acolhimento onde os assistentes sociais se vêem diante de situações onde devem decidir, dentre todas as urgências, o que será prioridade naquele momento. O número de profissionais que atuam no abrigo é insuficiente e ainda não dispomos de psicólogos e pedagogos, conforme determina a portaria nº 04/96 da 1ª Vara da

Infância e Juventude-RJ referente às providências das entidades de atendimento a crianças e adolescentes.

Os momentos de alta tensão emocional também constituem o cotidiano do assistente social. Nestas instituições onde episódios de violência fazem parte da dinâmica, muitos dos profissionais relatam ficarem abalados com estes conflitos, tanto em função da exposição e sofrimento das crianças e dos adolescentes quanto a dos próprios profissionais que algumas vezes são ameaçados e até mesmo agredidos.

Em julho de 2004 ocorreu um episódio no equipamento que dá vida às análises supracitadas. Uma criança (S.M.S.), portadora de necessidades especiais, contrariada porque não conseguiu um tênis novo para ir a escola deu voz a sua insatisfação através de um episódio de violência. Começou quebrando alguns objetos da casa, chutava as portas, tentava agredir as outras crianças, apresentando uma força exorbitante. A educadora que neste dia estava sozinha na casa pediu ajuda a outro educador para tentar conter a criança, mas não foi suficiente. A assistente social responsável pela referida casa desceu para tentar intervir na situação. Quando chegou outra criança (R.O.S.) já estava também quebrando os brinquedos, derramando tintas pelo chão... As outras meninas estavam assustadas e acuadas em um canto da casa, pois haviam sido agredidas pela criança (R.O.S.) A assistente social ao auxiliar a educadora em tentar conter a criança (S.M.S.) acabou sofrendo mordidas e arranhões pelos braços. Uma cena de extrema violência, tanto para as crianças quanto para os profissionais envolvidos.

Depois de muito desgaste o ambiente aparentemente se acalmou. A assistente social apresentando escoriações pelos braços retornou muito nervosa a sua sala, onde chorou por um bom tempo. Nestes momentos não há suporte aos profissionais. Quem os escuta? Quem os acolhe? Aos poucos o episódio vai se diluindo, se esvaziando e quando a situação é discutida se resume em um momento de catarse.

Esta assistente social foi agredida outras vezes e hoje não está mais neste equipamento (conseguiu uma transferência). Muitas vezes esta profissional pensou em desistir deste trabalho justificando que não agüentava mais tanto sofrimento e dizia que estava ficando doente.

Estes foram alguns pontos importantes para análise da temática do sofrimento experimentado pelos assistentes sociais e que serão aprofundados no

próximo capítulo. Cabe ressaltar que mesmo estando mergulhados nesta realidade estes profissionais ainda encontram brechas para lutarem pela transformação destas condições de atendimento a população de rua.

É na luta cotidiana de sua prática, entre o aumento da demanda da população usuária cada vez mais pauperizada e a diminuição da verba e dos recursos que o assistente social se empenha para mudar este cenário. O espaço profissional ainda que insuficiente, é um espaço privilegiado na busca destas transformações. E embora o assistente social seja o executor desta Política Social com características focalizantes e administradora da pobreza, conforme mencionado no capítulo anterior, é no âmbito desta execução que estes profissionais impõem seu esforço pela consolidação dos direitos da população atendida.

Portanto, em um campo atravessado por feixes de tensão os assistentes sociais deste centro de acolhimento realizam intervenções voltadas a ampliação dos direitos da população usuária, socialização das informações, inserção em programas sociais, além de discutir junto aos órgãos competentes os critérios para o abrigo de crianças e adolescentes.

Enveredados nestas ações propositivas e investigativas da realidade os assistentes sociais vêm travando discussões junto aos Conselhos Tutelares. E com base nos critérios do Estatuto da Criança e do Adolescente estes profissionais brigam pela desconstrução da histórica conduta de abrigo enquanto a primeira medida adotada pela maioria dos conselheiros tutelares, o que desrespeita o seu caráter de excepcionalidade e provisoriedade.

Além das ações propositivas realizadas pelos assistentes sociais nas intervenções com a população usuários dos serviços, estes profissionais no que se refere a seu exercício profissional e a dinâmica interna do seu trabalho, também estão atentos aos desafios atuais da profissão.

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade.

(Iamamoto, 1998:49).

Para tanto, alguns profissionais, entendendo a importância da análise crítica da prática profissional, buscam seus aperfeiçoamentos através de pós-graduações, especializações, pesquisas e outras qualificações importantes para a profissão.

E na organização da dinâmica do trabalho, o Serviço Social, com base no movimento institucional (recursos, objetivos dos diferentes segmentos envolvidos), luta pela implementação de atividades e instrumentos que considera importante para o desenvolvimento do trabalho.

Um exemplo importante foi a instituição de reuniões mensais entre os assistentes sociais e educadores. Embora haja o contato diário entre estes profissionais, entendeu-se que cada assistente social deveria estabelecer um encontro mensal com todos os educadores da sua casa de referência.

Nestas reuniões os profissionais discutem coletivamente o cotidiano da casa; as demandas referentes a cada criança; as dificuldades e propostas apontadas; além disso, o assistente social respeitando o sigilo profissional, socializa informações sobre o acompanhamento de cada criança. Este espaço é importante para observarmos as tensões institucionais existentes nas relações entre os próprios educadores, entre os educadores e assistente social, educadores e direção, enfim, com todos os atores envolvidos. É um momento para afinar a comunicação entre os profissionais responsáveis por aquela determinada casa. Ao final destacam-se coletivamente os pontos que devem ser levados à discussão com a direção do equipamento.

Observamos que os assistentes sociais mesmo diante de suas duras experiências de trabalho ainda buscam a ampliação e qualificação do espaço profissional e conseqüentemente dos serviços prestados. Entretanto, veremos a seguir sob que alicerce se estrutura este jogo de forças entre o sofrimento e a continuidade das atividades profissionais.

Para finalizar, o tema exposto durante todo texto já vem sendo mencionado nos encontros formais e informais entre os assistentes sociais da Secretaria de Assistência e de outras áreas também. No entanto, é urgente ultrapassarmos o nível do discurso e darmos mais visibilidade a esta temática, através do registro e análise teórica desta questão, com vistas à construção de estratégias de enfrentamento ao sofrimento destes trabalhadores.